Stablecoins em franco suíço

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O mercado de stablecoins em franco suíço continua pequeno por causa das restrições regulatórias descritas acima. Três modelos foram tentados. O CryptoFranc (XCHF), da Bitcoin Suisse, foi emitido a partir de 2018 como instrumento semelhante a um título de dívida regido pelo direito suíço e depois descontinuado. O DCHF, do Sygnum Bank, é emitido por um banco licenciado e restrito aos clientes do próprio banco, o que faz dele um depósito tokenizado. A Centi emitiu uma stablecoin em franco suíço contra garantia bancária, segundo a construção anterior a 2024, e agora precisa cumprir os requisitos fixados na Guidance 06/2024.[1]

A perspectiva de Zug

Uma empresa de Zug que queira emitir uma stablecoin em franco suíço em 2026 tem quatro caminhos. Pode tornar-se banco, o que é lento e caro. Pode obter licença fintech nos termos do art. 1b da Lei suíça dos Bancos (BankG/BankA), que limita a oferta a CHF 100 milhões e proíbe o pagamento de juros, mas permite uma stablecoin pública para pagamentos. Pode associar-se a um banco licenciado que emita o token como depósito tokenizado para os clientes cadastrados da empresa. Ou pode aguardar a categoria de instituição de instrumentos de pagamento do Conselho Federal, que estava em consulta pública na data de corte. A via fintech é a única que

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

hoje produz um token em franco suíço livremente transferível. Mesmo ela exige que o emissor identifique todos os detentores nos termos da Lei suíça de combate à lavagem de dinheiro (GwG/AMLA), porque o emissor é intermediário financeiro. A empresa deve reservar orçamento para o processo de licenciamento descrito na Parte E, Capítulo XII, e para um programa de prevenção à lavagem de dinheiro dimensionado para uma empresa de pagamentos.

Notas

1. Sobre as diversas stablecoins em franco suíço e seu status regulatório, ver a Parte E, Capítulo VII, que também registra a atenção da FINMA, em matéria de enforcement, ao modelo da garantia desde 2024. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com